

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 6 ROL SOCIAL DEL ARCHIVERO ARCHIVOS UNIVERSITARIOS



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florescia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
El Rol Social del Archivero

Coordinadora: Aída Luz Mendoza Navarro (Perú)

Relatora: Aída Cristina Oliverio (Argentina)

- Florencia Buschi - Natalia González Tomassini (Argentina):
El archivo institucional histórico de la Biblioteca Nacional. Hacia un cambio de paradigma en la gestión documental.----- pág. 05
- Raone Somavilla (Brasil):
Os arquivos médicos em hospitais universitários federais no Brasil: fontes de informação, usos e usuários.----- pág. 14
- Janaina Vedoin Lopes, Eliana Gasparini Xerri (Brasil):
Arquivologia, memória e ensino de história: uma relação necessária para uma Educação em direitos humanos.----- pág. 31
- Rocío Gabriela Caldentey (Argentina):
Los servicios de archivo en el AGN-DAI y la propuesta del modelo de gestión de la RTA.----- pág. 42
- Eugenia Belén Alves (Argentina):
Impacto de las políticas de justicia transicional en el rol social del archivero: el caso de los archivos generales e históricos de las fuerzas armadas y la profesionalización de su personal. Logros, límites y potencialidades (2012-2016).----- pág. 55
- Pablo Lacasagne Lamigueiro (Uruguay):
El rol social del archivero.----- pág. 70
- Francisco De la Cruz Vázquez (México):
El rol de los archivistas frente a la grave violación de los derechos humanos en México.----- pág. 81

**Encuentros Paralelos
Archivos Universitarios**

Coordinadoras: Alicia Casas de Barrán (Uruguay)
María Inés Torra (Argentina)

Relatora: Mariela Alejandra Contreras (Argentina)

Alicia Casas de Barrán (Uruguay):
Universidades del MERCOSUR vistas desde sus Archivos.-----pág. 90

Raquel Luise Pret, Rosa Inês de Novais Cordeiro (Brasil):
Os usos dos documentos em Arquivo Universitários e a identificação arquivística. .----- pág. 95

Evangelina Ucha, Nancy Uriarte (Uruguay):
La plataforma web como herramienta de difusión de archivos universitarios: Sitio Historias Universitarias.----- pág. 109

Andrea Gonçalves dos Santos (Brasil), Ángela Marina Macalossi (Brasil):
Preservação documental através de ações de conservação preventiva em arquivo universitário.----- pág. 117

Natalia Feippe, Emilia Rodríguez (Uruguay):
Vínculo del impacto de la organización de los archivos en relación a la sociedad del conocimiento, experiencias del AGU.----- pág. 130

Laura Mariana Casareto / Ivana Farela / Myriam Hara (Argentina):
“Huellas presentes de un pasado violento: la producción documental de la UNLP entre 1976 y 1986, proyecto del Archivo Histórico de la Universidad. Nacional de la Plata subsidiado por ADAI-España.----- pág. 141

POSTERS----- pág. 156

ARQUIVOLOGIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Janaina Vedoin Lopes
Eliana Gasparini Xerri

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar o referencial teórico preliminar de uma pesquisa acadêmica que está em construção que tem por objetivo apresentar a importância da Arquivologia, da memória e do ensino de História na construção de uma educação em Direitos Humanos através da temática da Ditadura de Segurança Nacional Brasileira na perspectiva dos Movimentos Estudantis de 1968 a 1970 e os arquivos da repressão. Através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com o uso da análise de discurso e de conteúdo foi possível perceber a importância dessa interdisciplinaridade para um saber histórico crítico e a importância do arquivista nesta construção em conjunto com a escola/professor.

INTRODUÇÃO:

As décadas de 1960 a 1980 ficaram marcadas na história recente dos países do Cone Sul pelos regimes civis-militares que baseados na Lei de Segurança Nacional² instalaram a cultura do medo e do terror em um Estado caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos civis, censura e perseguições políticas aos que eram contra esse sistema imposto. Dentro desse contexto está inserido o Brasil que de 1964 a 1985 viveu uma ditadura com características próprias às quais ajudam a entender do processo de golpe até a sua redemocratização:

Esses regimes caracterizaram-se em sua forma repressiva pela imposição do medo e do terror, que acabaram por configurar uma “cultura do medo”, originária das práticas repressivas e da lógica de suspeição. No exercício da coerção física e psicológica, utilizam-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas de sequestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo; a morte e a desaparecimento, como políticas de extermínio. Além disso, a atuação do aparato repressivo de tais regimes não ficou circunscrita às fronteiras políticas de cada país, evidenciando a colaboração e a cooperação desses aparatos no combate ao “inimigo interno”, estipulado pela “fronteira ideológica”. (BAUER, 2007, p.3)

No sistema repressivo brasileiro, os órgãos destinados à investigação e repressão produziram muitos documentos com informações referentes aos atos repressivos que eram uma forma de burocratização do terror (BAUER, 2012). O chamado terrorismo de Estado foi responsável pelos materiais que hoje são conhecidos como arquivos da repressão ou também chamado de arquivos sensíveis⁴ e que auxiliam na compreensão desse período. Tais acervos

possuem características próprias e para eles são criadas políticas públicas de acesso ou restrição pelos governos democráticos, gerando assim a disputa pela memória. Ainda sobre esses arquivos da repressão:

Quanto aos arquivos da repressão, estes podem conter duas categorias de documentos. De um lado, o conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais. Do outro lado, estão os documentos repressivos propriamente ditos, ou seja, aqueles produzidos pelas forças de segurança durante as ações repressivas (batidas, sequestros, interrogatórios, torturas, etc.): dossiês, fichas, pastas, pedidos de informação ou de busca, confissões de serviços, etc. Trata-se da documentação produzida pelas cadeias de comando das forças de segurança mediante trabalho metuculoso e burocrático de levantamento, extração de informações [...] (PADRÓS, 2009, p. 40)

Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública⁵ e a criação da Comissão Nacional da Verdade⁶, muitos desses acervos passaram a ser reconhecidos e estudados para a reconstrução da memória recente do país, demonstrando assim a importância de políticas públicas destinadas ao acesso a esse tipos de acervos e o uso do material ali preservado no processo de ensino e aprendizagem da História em sala de aula.

Assim, o projeto por objetivo principal investigar a influência da lei de acesso a informação no ensino de História através do uso de documentos/informações produzidas no período da Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional através de um recorte temporal entre 1968 a 1970 na percepção da participação da juventude nos movimentos de resistência brasileira. Como objetivos específicos o projeto apresenta:

- Conhecer a visão dos professores do ensino médio acerca das políticas públicas destinadas ao acesso de informação/documentos;
- Identificar o uso de fontes primárias no ensino de História no ensino fundamental de Caxias do Sul;
- Identificar a relação das escolas municipais de Caxias do Sul com os espaços de memória como os arquivos;
- Elaborar uma oficina sobre ditadura e Direitos Humanos.

Os documentos utilizados neste projeto fazem parte do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul (UCS) no Rio Grande do Sul/Brasil. O IMHC tem por objetivo a preservação e o estudo da memória individual e coletiva, pessoal e institucional, nos diversos campos da cultura de forma interdisciplinar com foco na pesquisa e na valorização do patrimônio cultural, tanto material e imaterial. Dentro do IMHC o Centro de Documentação (CEDOC) é responsável pela preservação histórica dos documentos da

UCS e de suas atividades acadêmicas e de outros fundos documentais considerados de relevante importância acadêmica, tornando-se assim um importante suporte de informação e de fomento a pesquisa. Para este trabalho estão sendo usados os fundos documentais da UCS produzidos e recebidos pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da 8ª Delegacia Regional de Caxias do Sul. Os documentos que foram selecionados se referem a documentos que narram a situação do Movimento Estudantil a nível regional e nacional de 1968 a 1979.

Desta forma é importante para o ensino de história tal pesquisa, pois coloca em destaque e questiona elementos importantes como arquivos e políticas públicas de acesso à informação. Conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20/12/1996 apresenta no Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, que como consequência produz a interlocução dos acervos históricos e das políticas públicas, além de procurar compreender como ambas auxiliam na construção do conhecimento histórico.

Vale ressaltar que o tema da ditadura civil-militar de segurança nacional ainda esta em processo de construção no Brasil principalmente, após a Lei de Acesso à Informação que auxiliou na divulgação e estudo de documentos produzidos no período entre 1964 a 1985, assim como a instalação da Comissão Nacional da Verdade que em seu relatório final apresentado em dezembro de 2014 sugeriu uma revisão nos livros de História sobre o tema da ditadura no Brasil. Para Padrós (2010) a importância do ensino de História:

É no sentido de reverter esse desconhecimento, que afeta especialmente as gerações mais jovens, que a escola ganha maior importância estratégica, enquanto local privilegiado para compensar e, talvez, reverter esse quadro geral predominante. Sabe-se que a História não é apreendida dentro do sistema e da dinâmica escolar; muitos são os agentes e os espaços de interação na relação ensino-aprendizagem. (PADRÓS, 2010, p. 184)

Desta forma, torna-se um tema bastante atual visto a relevância social e política que há na discussão do acesso ou restrição das informações desses acervos os quais descrevem atos de violação de Direitos Humanos cometidos por agentes do estado brasileiro. Lembrando que as políticas públicas que impedem o conhecimento de tais documentos não auxiliam no fortalecimento da democracia, impedindo assim a construção da memória e a luta pela cidadania como afirma Weichert (2009, p. 406) “sem o conhecimento da história do país, o povo não pode exercer com liberdade, maturidade e responsabilidade à autodeterminação, ou

seja, o poder estatal. A falta de acesso às informações e arquivos públicos impede, pois, a plena cidadania”.

Sendo assim, é de suma importância que os atores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem conheçam essas políticas públicas de acesso à informação destinadas aos arquivos da repressão, pois estas apresentam uma relação direta não apenas com o processo do conhecimento histórico mas também despertam a relação do cidadão com o estado percebendo permanências e rupturas do sistema repressivo nos dias de hoje.

Este projeto de pesquisa que está sendo elaborado, torna-se fundamental para a consolidação da democracia, visto que “o direito à verdade possui alguns desdobramentos, implicando também o direito à memória e à informação fundamental, pois a memória sobre determinado acontecimento somente pode ser construída a partir dos fatos” (BAUER, 2012, p. 200).

Desta forma, é preciso ressaltar a importância que esses acervos possuem no fortalecimento da democracia no Estado brasileiro e na luta pelo direito a memória e a verdade, podendo assim ultrapassar a esfera do passado atingindo os dias atuais. Pois assim, como a restrição ou o acesso a esses documentos produzidos na ditadura “afetam diretamente a sociedade da qual foram recuperados (Estados, agentes da repressão, vítimas, familiares, organizações de direitos humanos, Forças Armadas)”.

É preciso que pesquisas que apresentem e discutam políticas públicas para esses arquivos sejam realizadas para que a sociedade compreenda importância que os mesmos possuem dentro do sistema democrático, auxiliando na garantia de outros direitos como justiça, saúde, educação, cultura, etc.

Por fim, é importante em um contexto de democracia e de luta por direitos que países que passaram por um período ditatorial, como o Brasil, possuam políticas públicas de acesso à informação, pois auxiliam não apenas a construção da memória mas também torna-se uma ferramenta de combate a impunidade como afirma Weichert:

A transparência estatal não é relevante apenas para o conhecimento da história e combate a violações perpetradas contra os direitos humanos, mas é um instrumento indispensável para a preservação de novas violações e para a lisura no trato da coisa pública. A corrupção, por exemplo, viceja com a manipulação de informações, com a obscuridade de autoridades, com a promessa de privilégios nos caminhos tortuosos da administração pública. (WEICHERT, 2009, p.409)

Por isso é importante o estudo sobre essas políticas públicas de acesso à informação aos arquivos de repressão no Brasil para a compreensão de como o processo do conhecimento histórico é realizado nos dias atuais. Padrós (2010) enfatiza a importância do conhecimento

histórico e o acesso aos documentos produzidos na ditadura brasileira considerando-o como um desafio que precisa ser enfrentado para que o conhecimento do direito à memória e verdade seja elevado na sociedade brasileira:

“nos últimos tempos, mesmo que timidamente, parte da sociedade se mostra mais disposta a pressionar as instituições de ensino e, especialmente, os professores de história, para que abordem o passado recente em sala de aula, permitindo às novas gerações um contato crítico com o período vivido por seus pais e avós” (PADRÓS, 2010, p. 191)

Ainda Padrós (2010, p. 139), ressalta que cada vez mais a necessidade de um “debate de qualidade da democracia que se pratica e que se vive” e isso está presente quando se pensa em ensino e políticas públicas de acesso à informação.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS PRELIMINARES

A pesquisa que esta em desenvolvimento tentara responder o seguinte questionamento: os documentos produzidos pelos órgãos de repressão da ditadura de segurança nacional auxiliam na construção de um saber histórico crítico?

Assim, o conhecimento arquivístico se faz necessário, pois além de conceitos históricos é necessário entender como se deu de forma mais técnica a produção, a tramitação, a preservação e ou a eliminação dessa documentação produzida na repressão e por fim como a reprodução desses documentos foi realizada de forma sistemática e burocratizada para o sistema repressivo brasileiro e seu uso dentro do país e fora dele através da Operação Condor13. Conforme Figueiredo (2015) muitas técnicas e conhecimentos arquivísticos foram usadas pelos agentes da repressão com a intenção de burocratizar o sistema repressivo e ainda preservar os documentos como forma de narrar a história das forças armadas. Para isso criaram dispositivos e legislações próprias de conservação, de microfilmagem14e eliminação.

Da Arquivologia, também é preciso entender o que são arquivos e a sua importância social em um contexto democrático e ainda entender o que são os chamados arquivos da repressão. Assim Bellotto (2004) define arquivos:

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. (BELLOTTO, 2004, p. 37)

Os arquivos além de espaços de guarda física ou local de produção e tramitação do documento constituem fontes ricas de informações para a sociedade, auxiliando na compreensão de fatos históricos, políticos, sociais e econômicos e por esse motivo é necessário essa relação com o projeto aqui descrito.

Além disso, a Arquivologia enquanto ciência se faz necessária neste trabalho pois, é ela que vai dar sustentação legal apresentando a legislação própria que ajudará na compreensão do processo de guarda e preservação dos acervos documentais referentes aos arquivos da repressão. Vale ressaltar a Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 que define o que são arquivos em todos os níveis e sua importância para a sociedade e ainda a mais recente Lei nº 12.527 que trata do acesso à informação pública ou e que trate de violação de lesa humanidade cometida pelo estado onde o sigilo torna-se exceção e o acesso uma regra. É necessário também ter consciência da importância da função do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ que tem como objetivo nortear as funções arquivistas e as políticas públicas para os arquivos em diferentes níveis:

O CONARQ, por intermédio de suas câmaras técnicas, comissões especiais e grupos de trabalho, constituídos por renomados profissionais da área, é responsável pela elaboração de decretos regulamentadores da Lei de Arquivo, com destaque para relativos à classificação de documentos sigilosos, à transferência e recolhimento de acervos públicos, à destinação de arquivos permanentes de empresas públicas em processo de desestatização e à declaração de interesse público e social de arquivos privados. (FREIXO, 2011, p.8)

Sobre os arquivos da repressão¹⁵ a Arquivologia auxilia a definir o que são eles e a sua importância nos dias de hoje como um instrumento de luta ao direito à memória e à Verdade:

São conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança em ações repressivas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional. Os dados neles contidos eram de fundamental importância para a consecução das estratégias de implantação do terror, evidenciando a relevância que a informação adquiria para esses regimes, e orientando a execução das operações militares e policiais. (BAUER, 2012, p. 259)

O projeto também aproxima-se com a educação, pois é preciso desenvolver e compreender uma metodologia/didática dinâmica que alie os conhecimentos históricos a serem apresentados aos alunos para que assim os alunos possam assimilar no seu cotidiano de forma crítica (Matte, 2015) e assim respeitando a Lei de Diretrizes de Base da Educação e Parâmetros Curriculares Nacionais e o que os mesmos dizem conforme o processo de ensino e aprendizagem em História e a relação que os mesmos tem com Direitos Humanos. Assim:

“Os temas transversais – contidos nos PCN – enfatizam a importância do trabalho com valores que, por sua vez, requerem uma reflexão ética como eixo norteador, por

envolver posicionamentos e concepções a respeito de suas causas e efeitos, de sua dimensão histórica e política” (FERNANDES E PALUDETO, 2010, p. 09)

É preciso entender que temáticas referentes à ditadura de segurança nacional brasileira “há um passado recente que é trabalhado objetivamente como conteúdo curricular” (PADRÓS, 2010, p. 185) mas que precisa sair do espaço escolar e ser percebido quanto as suas rupturas e permanências visando um ensino crítico cidadão voltado ao respeito aos Direitos Humanos:

(...) a educação contribui também para: a) criar uma cultura universal dos direitos humanos; b) exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; c) assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre. (PMDH, 2005, p. 25)

Por fim, vale aqui apresentar os objetivos gerais do chamado Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para assim entender como serão pensadas as oficinas:

a) destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito; b) enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; c) encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e pela sociedade civil, por meio de ações conjuntas; d) contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; e) estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; f) propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, entre outros); g) avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, no que se refere às questões da educação em direitos humanos; h) orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; i) estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; j) estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; k) incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; l) balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos planos de educação em direitos humanos dos estados e municípios; m) incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência. (Brasil/PNEDH, 2006, p. 26-27)

Por fim, para a pesquisa vale destacar o uso da tendência teórica mais adequada e que mais é usada em outros trabalhos que se assemelham ao objeto a ser estudado que é a História do Tempo Presente que constitui um campo específico e singular, que possui como característica principal a presença de testemunhos vivos que podem contestar as pesquisas produzidas. Conforme Fico (2012):

[...] a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes

consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir. (FICO, 2012, p. 45)

Ainda conforme Chartier (1990) a História do Tempo Presente e a relação pesquisador e objeto

“o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. (CHARTIER, 1990, p. 130)

Ainda Chartier (1990) descreve sobre a importância da História do Tempo Presente que rompe com os modelos mais antigos da historiografia que acredita que a História é uma ciência que narra fatos verdadeiros descritos em fontes e que na verdade nada mais é do que um saber construído conforme percepções de memórias. Assim:

[...]a história do tempo presente, mais que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda a sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias.(CHARTIER, 1990, p. 217-218).

Apesar dessa especificidade do sujeito e do objeto inseridos no mesmo tempo, a História do Tempo Presente auxilia na reflexão do cotidiano como no caso desse projeto entender o passado recente e perceber as rupturas e permanências do sistema repressivo brasileiro nos dias de hoje conforme afirma Ferreira (2015):

[...]a história do tempo presente permite uma acuidade particular para equacionar o entendimento das relações entre a ação voluntária e a consciência dos homens e constrangimentos desconhecidos que a encerram e a limitam. Melhor dizendo, a história do tempo presente pode permitir com mais facilidade a necessária articulação entre a descrição das determinações e das interdependências desconhecidas que tecem os laços sociais. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. Do exposto, fica óbvia a contribuição da história oral para atingir esses objetivos. (FERREIRA, 2010, p. 11)

A História do Tempo Presente também é reconhecida pelos pesquisadores como História Contemporânea, Imediata, Recente ou Atual apresenta também outras especificidades como a diversidade de fontes documentais, incluindo além de documento também a oralidade dos envolvidos, e procedimentos metodológicos, conforme Padrós (2009, p. 32) é necessário “uma sistematização desse emaranhado de informações sobre os acontecimentos muitas vezes apresentados de forma caótica”. Também outra característica apresentada é a diversidade

temática e assim os objetos de estudo tanto referente a história pública quanto a privada (Delgado; Ferreira, 2013).

Dentro desse contexto de especificidades da História do Tempo Presente um conceito bastante importante que é preciso ter clareza é o da memória, para isso será usado Pollack (1992) e Halbwachs (2006). Ambos definem que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois as lembranças forma-se no interior dos grupos partindo de várias ideias, reflexões, sentimentos, monumentos, etc. Desta forma, quando se fala em memória da repressão dois grupos disputaram essa memória (ou desmemoria): os que fizeram parte de resistência política contra os governos ditatoriais e aqueles que apoiaram o sistema repressivo. Para Padrós (2009):

Para que a memória tenha significado para o ser humano, este deve esquecer a maior parte do que viu, ouviu e experimentou. Essa condição básica do lembrar. Além de classificar, combinar e destacar lembranças o ser humano deve poder esquecer. O esquecimento deve ser uma opção, principalmente no que diz respeito a experiências traumáticas como a tortura, o sequestro, os expurgos, os fuzilamentos simulados, os desaparecimentos, as prisões, o exílio, o *insílio*, *desexílio*, as detenções clandestinas, o “botim de guerra”, as execuções e outras modalidades de violência estatal, todas elas políticas de terrorismo de Estado encontradas, de forma geral, nos regimes de Segurança Nacional. (PADRÓS, 2009, p. 36)

Assim, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2006, pp. 75-76).

Ainda para Pollack (1992) definiu a memória a partir de dois elementos que formam a memória: primeiro as memórias que tratam de acontecimentos vividos de forma individual e o segundo a memória vivida de forma coletiva que descreve como projeção ou de identificação. Por fim, Burke (1992) já trata a memória como algo próximo da História pois se existem as políticas de memória e desmemoria elas refletem/apresentam um contexto histórico, social, político e econômico por trás e que precisa ser estudado, denominando como História Social da Recordação.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Ao pensar sobre o projeto de pesquisa referente a ditadura de segurança nacional brasileira é necessário sempre ter em mente o que se deseja alcançar no processo de sua construção. Aqui como descrito é mostra a importância dos personagens envolvidos no processo ensino/aprendizagem entenderem a importância da construção de saber histórico

através de fontes documentais que narram a memória da época e ainda fazer relações com esse passado traumático com os dias de hoje de forma crítica e assim compreender todo o processo que leva ao golpe, a abertura política e o período de redemocratização que ainda estamos sofrendo. Tudo isso aliado a uma metodologia que facilite a compreensão e a construção do conhecimento e com embasamento teórico que fortaleça e que um caráter científico ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Véra Lucia Maciel; PEREIRA, Nilton Mullet; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GEDOZ, Sirlei Terezinha; PADRÓS, Enrique Serra (Org). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. 1ª Edição. Porto Alegre: Exclamação, 2010.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória**. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 20/12/2016>.

_____. **Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 10 de dez. 2016.

_____. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 02 de jan. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/MJ/UNESCO. 2007

BUKER, Peter. *A História como Memória Social. O Mundo como Teatro*. Lisboa: Difel, 1992
CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: DIFEL, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; Ferreira, Marieta de. **História do Tempo Presente e Ensino de História**. Revista História Hoje, Rio de Janeiro, v. 2, nº 4, p. 19-34. 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; Ferreira, Marieta de Moraes (org). **História do Tempo Presente**. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e Direitos Humanos: Desafios para Escola Contemporânea**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. **História do Tempo Presente: Desafios**. do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2006

JARDIM, José Maria. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EdUFF, 1999.

MATTE, Dinorah Amaral. **As Ideias Históricas de Alunos da Oitava Série do Ensino Fundamental Sobre a Ditadura Militar**. 2015. 69f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, Ditadura de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.30-45, jan./jun. 2009.
POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru. Ed. da USC, 2004.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, jan/jun 2011.

SANTOS, Cecilia Mac Dowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. (Org). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. 1ª Edição. 1v. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____, Cecilia Mac Dowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. (Org). **Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça no Brasil**. 1ª Edição. 2v. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. 13